

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Máquina de moer consciências

Depois que começou a ser desembrulhado o pacote entregue pelo Banco Central à CPI, onde estão registrados os escabrosos detalhes da vida bancária do sr. PC Farias que reforçaram os indícios do seu envolvimento com a figura do presidente da República, aumentaram as possibilidades de que o processo acabe chegando ao desenlace natural para casos desse tipo em qualquer democracia. É isso que indicam os passos que o PFL começa a dar no sentido de retirar a sustentação do governo, e os rumores vindos do próprio ministério de Collor dando conta das dúvidas de alguns ministros em continuarem na incômoda situação em que estão.

Seja como for que a questão se decida, será a partir desse momento que começará o verdadeiro teste da jovem democracia brasileira que, até o momento, tem demonstrado um grau surpreendente de amadurecimento.

O Congresso Nacional, a quem caberá a "pilotagem" dessa delicada transição, terá de zelar para que ela não se transforme no pretexto para a traição da vontade expressa de 35 milhões de eleitores brasileiros que elegeram a reforma e a modernização do Estado como a grande prioridade nacional.

A continuação dessas reformas é a condição essencial para que a Nação aproveite o que esta CPI começou. E, para tranquilizar a Nação quanto a esse aspecto, é preciso que seus membros deixem de se comportar como se o que está sendo revelado nas investigações fossem fatos ocasionais, excepcionais ou atípicos, envolvendo pessoas cujo comportamento destoa de padrões éticos geralmente respeitados por nossos homens públicos, e não apenas mais uma manifestação aguda de um mal endêmico chamado corrupção que, neste país como em todos os países do mundo, se origina nas estruturas do moderno Estado nacional, esmagadamente grande e todo-poderoso.

Se uma reforma radical e acelerada das estruturas desse Estado não for a continuação natural do que esta CPI começou, por mais drásticos que sejam os seus resultados para a carreira do político Fernando Collor de Mello, o trabalho terá sido meramente circunstancial e se esgotará sem trazer nenhuma contribuição decisiva para o saneamento dos costumes políticos brasileiros.

Não é à toa, por exemplo, que nove entre dez pistas de corrupção trilhadas até o fim, seja pela CPI do PC seja pela CPI do PP, acabam batendo sempre em um desses dois pontos: o braço financeiro do Estado brasileiro, cujos paradigmas são o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal (e seus congêneres estaduais), e a maior e mais poderosa de todas as estatais, a Petrobrás. Não é só coincidência. Na longa história da corrupção no Brasil tem sido sempre assim. E por um fato bastante simples: só há uma outra fonte que concorre com a do poder político, em matéria de potencial de corrupção, que é o poder econômico. E, mesmo assim, com desvantagens. Quando o poder político e o poder econômico são uma única e mesma coisa, como acontece no Brasil, então não há nada capaz de controlá-los.

Em todos os países do mundo, com exceção

dos países comunistas, são os bancos que financiam a produção. E isso se dá dentro de regras claras e precisas, ditadas pelo mercado e pela aritmética financeira. O Brasil tem um dos sistemas bancários mais eficientes do mundo, perfeitamente aparelhado para desempenhar essa função. Pergunta-se, então: para que servem instituições como o Banco do Brasil e as Caixas Econômicas? Que tipo de serviços eles podem prestar que os bancos privados — nacionais e estrangeiros — não possam, com vantagens? A resposta é simples: apenas o de fazer empréstimos dos quais não se espera retorno, que levariam qualquer banco privado à falência. Os bancos estatais são, por excelência, instrumentos dos políticos, criados e mantidos para sustentar interesses políticos, seja de forma aberta, dando privilégios a confrarias de amigos dos poderosos, tais como os empréstimos feitos pelo BB, neste governo, aos usineiros de Alagoas, seja de forma disfarçada, financiando obras de necessidade e de retorno duvidoso como elemento de cooptação de governos estaduais e prefeitos dispostos a retribuir o favor com o empréstimo dos seus currals eleitorais ou o seu apoio a manobras parlamentares. Recorde-se, a propósito, o discurso de posse do sr. Lafaiete Coutinho no BB, para uma platéia de governadores do Nordeste, que começava com as palavras: "Senhores, nossas portas estão abertas para vocês. Nós estamos aqui para servi-los"...

Desses dois gigantes para baixo, a corrupção, no Brasil, parte sempre de empresas estatais ou de agentes de governos vendendo facilidades para a superação das dificuldades que eles próprios criam, na ação legislativa e regulativa, como primeiros destaques. Outro grande gerador de corrupção no Brasil, conforme vêm demonstrando as investigações da CPI, é a nossa legislação eleitoral, formulada de tal modo que torna não só inevitável mas **obrigatório** o surgimento de PCs Farias, com todos os seus subprodutos. Todo o resto, todos os outros atores que apareceram nestas investigações são meros atores coadjuvantes, agentes **passivos** da corrupção que emana do aparelho estatal. São os compradores de favores e de direitos especiais, obrigados a dançar a música que o governo toca, e que desaparecerão no mesmo momento em que desaparecerem os agentes **ativos** dessa corrupção, isto é, no mesmo momento em que houver regras claras e transparentes para se disputar obras do governo.

Assim, reduzir todas as intromissões que o estado brasileiro mantém no território que, no mundo inteiro, está reservado ao setor privado é, ao mesmo tempo, reduzir drasticamente as possibilidades de corrupção e liberar as forças do Estado para que exerçam o seu papel fiscalizador. É tornar o organismo nacional naturalmente inóspito para o vírus da corrupção.

Se deixar tudo como está e apenas trocar as pessoas sentadas no topo desta máquina de moer consciências, então tudo que esta CPI terá conseguido é fazer com que os próximos corruptos sejam mais cuidadosos em apagar as pistas dos seus atos.